

## Origens do “malandro brasileiro”



Por **MARCELO BARBOZA DUARTE\***

*O “malandro” é uma invenção das elites, um rótulo classista e racista que criminaliza a pobreza para ocultar as verdadeiras artimanhas do poder*

O trabalho é uma reflexão autoral sobre a figura do malandro no Brasil, elaborada a partir de uma historiografia e ontologia críticas, distantes de leituras eurocêtricas ou romantizadas. A análise busca compreender o malandro como marcador classista, racista e socioeconômico, inscrito na vida cotidiana daqueles que carregam esse rótulo.

Antes de tudo, é preciso destacar que não é apenas o apagamento da história que aliena um sujeito ou cultura, mas sobretudo o apagamento da memória. A história pode ser distorcida, mas a memória – individual e coletiva – é que sustenta a identidade. Assim como em sistemas tecnológicos em que dados são apagados, mas resíduos permanecem na memória, em sociedades a memória viva resiste aos apagamentos. É dela que parte este trabalho: um resgate de memórias que possibilita reinterpretar a história. A bioneuropsicosociologia, telecomunicações e redes podem explicar claramente.

O Brasil tem mais de 213 milhões de habitantes.<sup>[i]</sup> Desses, 109 milhões são mulheres e 102 milhões são homens, com cerca de 7 milhões a mais de mulheres acima de 25 anos. Curiosamente, abaixo dessa faixa etária, nascem mais meninos do que meninas, mas muitos desaparecem antes dos 25 anos – fenômeno que atinge sobretudo jovens negros e pobres.

Dos 213 milhões de habitantes, cerca de 122 milhões se identificam como negros, pardos ou indígenas. Entre as mulheres, há cerca de 47 milhões com escolaridade superior, frente a 36 milhões de homens. Essa diferença, porém, é marcada por desigualdades raciais: enquanto 64 milhões de mulheres brancas têm acesso a ensino superior, apenas 30 milhões de mulheres negras o alcançam – menos da metade.

Esses contrastes explicam por que mais de 70% da população vive em condições de pobreza e miséria. A maioria negra e parda é também a mais vulnerável à violência cotidiana, estatal e policial. O passado colonial e escravocrata não é apenas herança distante: reaparece nas exclusões sociais atuais, mascarado por discursos de meritocracia, sentimentalismo e crenças moralizantes, que desviam o foco das relações de poder e dominação.

Diante desse cenário, as mulheres brasileiras, que são maioria numérica e possuem maiores níveis de escolaridade, têm papel crucial. Elas concentram poder de fala e intervenção para tensionar estruturas históricas de desigualdade, confrontar elites políticas e culturais e contribuir para a desconstrução de mitos como o “brasileiro cordial” e da “terra de malandros”.<sup>[ii]</sup>

Ao longo da história, milhões de homens negros e pobres foram enquadrados como malandros e pagaram com a vida a esse marcador ideológico e classista. A marca se estende às suas famílias, reproduzindo exclusões estruturais. É nesse sentido que este trabalho busca evidenciar que o malandro não é apenas uma caricatura cultural, mas um dispositivo de poder que organiza desigualdades e legítima violências.

## A construção do malandro brasileiro

As elites e classes médias brasileiras foram responsáveis por moldar a figura do malandro como identidade estigmatizada ou romantizada. Por meio da literatura, do rádio e da televisão, o personagem ganhou contornos caricatos: homem negro, pardo, pobre, morador de cortiços e favelas. Essa representação, criada de cima para baixo, raramente correspondeu à experiência concreta das classes populares, mas sim ao olhar de quem o produzia a partir de espaços privilegiados.

A ambivalência entre marginalidade e astúcia popular e suas problematizações podem ser lidas à luz de autores como Bourdieu (2003-2012) quanto Almeida (2016), Jorge (2003), Barreto (2022), Antônio (2004), Cândido (2016), Foucault (2001-2016), Chalhoub (2005, 2015), Albuquerque (2009), Kowarick (2019), Reis (1992), Linhares (2000), Mattoso (1999), Bagno (2015), Laplantine (2008), Laraia (2005), Chauí (2001), Marcondes (2019) e Wittgenstein (2016), Fanon (1991), Diwan (2017), Souza (2019), Hall (2013-2016), Mbembe (2018) e outros que poderiam complementar as exposições.

Dessa forma, o malandro é capturado pelo poder de normalização: ora punido como “anormal” e perigoso, ora domesticado como símbolo cultural. Em ambos os casos, permanece sujeito a mecanismos de controle que transformam resistência e folclore. A diferença é convertida em desvio, e o romantismo da malandragem reforça, em vez de romper, a ordem social existente.

O Rio de Janeiro, capital até a década de 1960, foi o laboratório por excelência dessa construção. Ali, a categoria se consolidou e irradiou para o imaginário nacional. Autores como Candido (2016), Chalhoub (2005, 2015), Almeida (2016) e Kowarick (2019) mostram como a figura se fixou entre os séculos XIX e XX, associada a ex-escravizados, trabalhadores pobres e mestiços.

A literatura, a música e os meios de comunicação difundiram o malandro como símbolo popular, mas sempre em registro ambíguo: herói astuto ou criminoso incorrigível.

Assim, a construção do malandro seguiu dois polos: o pejorativo (vagabundo, bandido, traficante) e o enaltecedor (espertalhão, resistente, adepto do “jeitinho”). Ambas as versões, porém, serviram aos interesses de elites e classes médias, reforçando estigmas sobre a população negra e pobre. Pelo processo de interiorização descrito por Pierre Bourdieu, parte dos próprios sujeitos passou a identificar-se, positiva ou negativamente, com a categoria – sem perceber seu caráter racista, sexista, classista e até eugenista.

A figura do malandro não rompe estruturas opressoras. Ela legitima desigualdades históricas ao transformar o negro pobre em “outro” a ser controlado. Tanto o estereótipo negativo quanto o romantizado operam como tecnologias de poder que distinguem “normais” e “anormais” e mantêm hierarquias sociais (Foucault, 2001).

Essa lógica perversa se revela na naturalização da violência: chacinas e incursões policiais contra comunidades pobres são justificadas como combate a “malandros”. A morte de jovens negros é percebida como eliminação de sujeitos desviantes. O marcador malandro torna-se licença simbólica para genocídios cotidianos.

Com isso, a expressão “mulher de malandro” amplia o estigma. Não se trata de piada ou jargão, mas de extensão da marca às mulheres negras e pobres, sobretudo aquelas com companheiros encarcerados ou marginalizados. Elas também carregam o peso simbólico do termo, reforçando como a malandragem opera não apenas sobre indivíduos, mas sobre famílias e coletividades inteiras.

É importante lembrar que, originalmente, “malandro” não era sinônimo de criminoso. O termo emergiu para qualificar escravizados, libertos, indígenas e mestiços considerados improdutivos na lógica colonial. A partir do século XIX, passou a designar o vadio, insubordinado, preguiçoso, desempregado ou insubmisso, e só no século XX foi equiparado a bandido.

Essa transmutação semântica revela sua função política: criminalizar a pobreza. Dentro das próprias comunidades

populares, “malandro” ganhou sentidos distintos: trabalhador informal, sambista, boêmio, jogador de futebol, sujeito que circulava por espaços variados. Muitos artistas, mesmo com empregos formais, foram estigmatizados como vagabundos e malandros. Hoje, ainda há quem associe samba e boemia ao estigma, mesmo sendo expressões centrais da cultura nacional. O termo, portanto, permanece multifacetado: ora segrega, ora é resignificado como resistência cultural. Mas deve ser problematizado.

Houve também o malandro associado a relações de gênero: aquele que vivia do sustento de mulheres, às vezes de forma abusiva, quase como gigolô. Esse imaginário reforça violências domésticas e dependências, mas mostra como a categoria sempre esteve ligada a relações de poder desiguais.

Nas transições do Brasil republicano, sobretudo nos séculos XIX e XX, o termo tornou-se marcador social aplicado a negros, indígenas e mestiços desempregados ou informais. “Não ter carteira assinada” equivalia a ser malandro, vadio, preguiçoso – enquanto ter emprego formal era sinônimo de honestidade e cidadania. A lógica excludente penalizava justamente aqueles mais vulneráveis. Fundamentalmente muitas vítimas do próprio sistema escravista, colonial e da ordem e estrutura capitalista.

Portanto, a construção do malandro brasileiro revela contradições profundas: símbolo nacional e alvo de violência; herói popular e bode expiatório. Ele encarna paradoxos históricos que unem colonização, escravidão, relações de classes e racismo estrutural. Mais do que caricatura, é tecnologia de poder que legitima desigualdade e violência estrutural, mantendo vivos os traços coloniais nas relações sociais brasileiras.

## **Vadio, vagabundo e malandro**

As adjetivações de insolente, preguiçoso, vadio ou malandro têm raízes históricas que remontam ao período colonial e escravista. Mbembe (2018) recorda, a partir de Douglass, que a vida do escravizado era uma “morte em vida”: sua humanidade dissolvida na condição de propriedade. Buck-Morss reforça a contradição de um ser reduzido a mercadoria, sombra personificada, cuja existência estava sujeita ao poder absoluto do senhor.

Nos relatos coloniais, como o de 1535 sobre Hispaniola (Romano, 1995), os povos indígenas foram descritos como covardes, inúteis e preguiçosos, justificando sua exploração e extermínio. Esse discurso naturalizou o genocídio, apresentado como punição divina. A escravidão nas Américas, com castigos que incluíam açoites, colares de ferro e mutilações (Reis, 1992), documentados até por médicos que avaliavam a “resistência” dos corpos, evidencia como a violência foi sistemática e legitimada pelo aparato jurídico e religioso.

Mbembe (2018) lembra que a ocupação colonial inscreveu hierarquias no espaço, dividindo sujeitos em categorias desiguais. Fanon (1991) descreveu a “cidade do colonizado” como lugar de miséria permanente, povoado por pessoas reduzidas a má fama. Romano (1995) destaca como milhões morreram em minas como a de Potosí, mostrando que a economia euramericana continuava alicerçada na exploração mesmo após o fim da conquista formal.

No Brasil, Chalhoub (2005) demonstra que, no século XIX, o fim do tráfico de escravos coincidiu com leis de terras que vedaram o acesso dos pobres à propriedade. A transição para o trabalho assalariado, culminando na abolição de 1888, não rompeu a lógica de dominação, mas a rearticulou: o trabalho foi elevado a valor civilizatório e a repressão policial garantiu sua disciplina.

Assim, vagabundo, vadio, preguiçoso e malandro surgiram como categorias para rotular quem não se encaixava na nova ordem laboral. E também não possuía empregos formais. Mesmo não havendo empregos ou estes sendo economizados pelas elites para com as massas.

Foucault (2006-2012) chama esse processo de poder disciplinar: vigilância contínua, administração dos corpos e produção de sujeitos dóceis em instituições como escolas, quartéis, hospitais e prisões. O malandro, nesse contexto, funciona como

herdeiro da figura do escravo rebelde ou do índio insubmisso, o “outro” que deve ser controlado e estigmatizado. Esse ato de nomear equivale a destruir identidades, como observa Mbembe (2018): o colonizado era relegado a uma “terceira zona”, nem sujeito nem objeto. O malandro repete esse destino moderno: ao ser associado a crime, ócio ou desobediência, é transformado em clandestino moral-imoral, legitimando repressão e exclusão social.

Com tudo isso, a categoria se torna paradoxal: ao mesmo tempo símbolo de resistência popular – o que sobrevive driblando regras – e bode expiatório que justifica violência de Estado. O rótulo de malandro se traduz em visões das classes dominantes diante/para com/da massa negra e pobre recém-liberta, considerada incapaz de disciplinar-se pelo novo modo de exploração e expropriação, o suposto e aparente trabalho “digno” formal-informal.

A expressão “mulher de malandro” amplia o estigma. Originalmente usada para designar parceiras de sujeitos marginalizados, ela passou a recair quase exclusivamente sobre mulheres pobres, negras ou ligadas a homens sem emprego formal. Ou em muitos casos, a suspeitos ou encarcerados.

Ao popularizar-se, a expressão ganhou múltiplas camadas simbólicas, entrando em músicas, poesias e discursos cotidianos. Como lembra Citelli (1990), signos sociais transformam objetos e expressões em veículos de ideologias. Nesse caso, “malandro” e “mulher de malandro” transcendem o indivíduo e passam a designar relações estruturais de poder, submissão e violência. Sobre tudo relações racistas, classistas e até eugênicas.

Portanto, o malandro contemporâneo é fruto da longa genealogia que vai da escravidão ao trabalho assalariado disciplinado. O termo carrega heranças coloniais, funcionando como marcador racial, classista e de gênero. Ao internalizar esse vocabulário, a sociedade brasileira perpetua contradições históricas: romantiza a astúcia, mas criminaliza a pobreza. E, ao devolvermos o termo das elites que o criaram, revelamos a face real do “malandro”: não apenas o negro marginalizado, mas também aqueles que, a partir do poder, exercem a violência, a exploração e a exclusão como práticas sociais legitimadas. Com a indagação: Quem seriam realmente os reais e verdadeiros malandros?

## Considerações finais

As análises desenvolvidas demonstram que a figura do malandro não é produto espontâneo do povo brasileiro, mas uma construção verticalizada, imposta pelas elites e classes dominantes como instrumento de estigmatização. Na verdade, representa mais do que um tipo social: é um marcador classista, racista, eugênico, ideológico e segregacionista, cuja persistência atravessa do plano micro das relações pessoais ao macro das relações políticas e até internacionais.

Ao associar o malandro ao criminoso pobre e negro, a lógica dominante oculta que as verdadeiras práticas de exploração e violência residem nas estruturas políticas, empresariais, militares e coloniais. Assim, o termo funciona como um dispositivo de inversão: acusa o pobre negro e mestiço enquanto absolve os reais beneficiários da ordem desigual.

Inspirando-se em Hall (2013), é preciso reconhecer que representar é atribuir sentidos, fixar imagens e, nesse caso, cristalizar estereótipos. Os termos “malandro” e “mulher de malandro” simbolizam, portanto, não a realidade popular, mas a visão distorcida das classes dominantes sobre os dominados. Ao longo da história, esses rótulos foram usados para classificar, excluir e justificar violências – tanto físicas quanto simbólicas – contra trabalhadores pobres, especialmente homens negros e mestiços.

O presente trabalho buscou não apenas problematizar, mas também subverter tais sentidos. Isso ao devolver o termo às elites que o criaram, revela-se que os verdadeiros malandros estão nos espaços de poder: nas políticas de entrega das riquezas nacionais, na submissão neocolonial, nas práticas de exploração que sacrificam a maioria em benefício de poucos. Da mesma forma, a expressão “mulher de malandro” se aplica às relações de dependência e submissão reproduzidas em escala macro, quando nações inteiras se ajoelham diante de interesses externos, neocolonialistas e imperialistas.

Assim, a desconstrução crítica da figura do malandro contribui para um movimento mais amplo de descolonização da

mentalidade, memória, história e da cultura brasileiras. Não se trata de reforçar estigmas machistas ou racistas, mas de expor como tais signos foram forjados nos jogos de linguagem dos opressores e redirecioná-los para seus verdadeiros alvos.

Concluimos, portanto, que os “reais malandros” não são os trabalhadores pobres do Brasil, mas aqueles que, ao longo da história, elaboraram, disseminaram e se beneficiaram dessas categorias para manter privilégios. O desafio que se coloca é romper com essa herança discursiva e estrutural, promovendo uma consciência crítica capaz de desmascarar as falsas representações e reivindicar novas narrativas para os sujeitos historicamente marginalizados. [iii]

**\*Marcelo Barboza Duarte** é mestre em Educação, Gestão e Difusão em Biociências pelo Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

## Referências

ALBUQUERQUE, W. R. *O Jogo da Dissimulação – Abolição e Cidadania Negra no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, M. A. *Memórias de um Sargento de Milícias*. São Paulo. Moderna, 2016.

ANTÔNIO, J. *Malagueta, Perus e Bacanaço*. São Paulo. Cosac & Naify, 2004.

APUFSC. Mulheres são mais escolarizadas que homens, mas brancas com ensino superior são o dobro das negras. Veja: <https://www.apufsc.org.br/2024/03/11/mulheres-sao-mais-escolarizadas-que-homens-mas-brancas-com-ensino-superior-sao-o-dobro-das-negras/>

BAGNO, M. *Preconceito Linguístico*. São Paulo. Parábola, 2015.

BARRETO, L. *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Belo Horizonte. Itatiaia, 2022.

BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Lisboa. Editora: Fim de Séculos, 2003.

\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Condições de Vida e Desigualdades. Veja: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza.html/>

CÂNDIDO, A. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo. Ed. Ouro, 2016.

CHALHOUB, S. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo. Unicamp, 2005.

\_\_\_. *Visões da Liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo. Companhia das Letras, 2015.

CHAUÍ, M. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo. Cortez, 2001.

DIWAN, P. *Raça Pura, Uma História da Eugenia no Brasil e no Mundo*. São Paulo. contexto, 2017.

FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. São Paulo. Ubu, 2017.

FOUCAULT, M. *Os Anormais-Curso no College de France*. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2006.

\_\_\_. *Vigiar e Punir – História da Violência nas Prisões*. Rio de Janeiro. Vozes, 2012.

\_\_\_. *História da Loucura*. São Paulo. Perspectivas, 2016.

HALL, S. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro. Vozes, 2013.

\_\_\_. *Identidade e Diferença*. Rio de Janeiro. Vozes, 2016.

JORGE, F. *O Grande Líder*. São Paulo. Geração Editorial, 2003.

KOWARICK, L. *Trabalho e Vadiagem*. São Paulo. Editora, 34. 2019.

LAPLANTINE, F. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro. Zahar, 2005.

LINHARES, M. M. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro. Editora: Campus, 2000.

MARCONDES, D. *Filosofia da Linguagem*. Rio de Janeiro. Zahar, 2019.

MATTOSO, K. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1999.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo. N1 edições, 2018.

REDE

BRASIL

ATUAL.

Veja:

<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/menos-de-13-da-populacao-carceraria-tem-acesso-a-educacao/>

REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos malês de 1835*. São Paulo. Brasiliense, 1992.

ROMANO, R. *Os Mecanismos da Conquista Colonial*. São Paulo. Perspectiva, 1995.

RAWLINGS, E. I.; RIGSBY, R. K. *Amar para Sobreviver. Mulheres e a Síndrome de Estocolmo social*. São Paulo. Cassandra, 20221.

SOUZA, G. *Como o Racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro. Editora: Estação Brasil, 2019.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Rio de Janeiro. Vozes, 2016.

## Notas

---

[ii] Embora o conceito de malandragem tenha se expandido para diferentes sujeitos e contextos, sua construção permanece marcada por estereótipos violentos que associam sobretudo o homem negro, pardo e mestiço à marginalidade. Essa imagem, apropriada como modelo recorrente, é aqui tomada como metáfora das dinâmicas sociais mais amplas e complexas que estruturam desigualdades. Para analisá-la, é indispensável evitar preconceitos prévios e considerar os jogos simbólicos da linguagem, que revelam relações de poder nos planos micro, macro e global. Nesse processo, homens negros e pobres, moradores de morros e comunidades, são estigmatizados até por sinais de sua condição de classe — como a presença ou ausência de calos nas mãos. A mesma lógica se reproduz na realidade prisional, onde a sobrevivência é definida antecipadamente pela cor da pele, pela etnia e pela origem social e cultural. É nesse contexto histórico e político que se consolidou o termo “malandro”.

[iii] O Texto é parte do Artigo-Ensaio publicado pela Revista Sala 8 – Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação – Volume 1, Número 9, Ano: 2025 – ISSN: 2764-0337.

---

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.**

**Ajude-nos a manter esta ideia.**

**CONTRIBUA**